



O Conhecimento na Competência da Teoria e da Prática em Enfermagem 5

Isabelle Cordeiro de Nojosa Sombra
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

Isabelle Cordeiro de Nojosa Sombra
(Organizadora)

**O Conhecimento na Competência
da Teoria e da Prática em
Enfermagem 5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C749 O conhecimento na competência da teoria e da prática em enfermagem 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Isabelle Cordeiro de Nojosa Sombra. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (O Conhecimento na Competência da Teoria e da Prática em Enfermagem; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-624-9

DOI 10.22533/at.ed.249191109

1. Enfermagem – Prática profissional. I. Sombra, Isabelle Cordeiro de Nojosa.

CDD 610.73

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “*O Conhecimento na Competência da Teoria e da Prática em Enfermagem 4*” aborda uma série de estudos realizados na área da Enfermagem, sendo suas publicações realizadas pela Atena Editora. Em sua totalidade está composta por 2 volumes, sendo eles classificados de acordo com a área de abrangência e temáticas de estudo. Em seus 21 capítulos, o volume 5 aborda diferentes aspectos relacionados à Enfermagem, desde assuntos inerentes à sua evolução enquanto ciência que cuida até os fatores que envolvem os principais enfrentamentos da profissão.

É inquestionável a evolução da Enfermagem enquanto ciência, bem como a importância de sua atuação nos mais diversas vertentes, incluindo gestão, gerenciamento, promoção da saúde, educação, formação profissional e o cuidado clínico propriamente dito. No entanto, mesmo diante da necessidade desse profissional para a qualidade na assistência à saúde e demais vertentes de sua atuação, observa-se o constante adoecimento do profissional de enfermagem, havendo assim, a necessidade de medidas que visem a saúde ocupacional.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer e estimular a prática clínica de enfermagem através de pesquisas relevantes envolvendo os aspectos evolutivos de sua essência enquanto ciência que cuida, bem como estimular a sensibilização para observação das necessidades de saúde ocupacional mediante o reconhecimento do profissional e promoção da saúde do profissional de enfermagem.

Isabelle C. de N. Sombra

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A RELEVÂNCIA DO ENFERMEIRO DIANTE DOS DESAFIOS ENCONTRADOS NO INCENTIVO DA CESSAÇÃO DO TABAGISMO	
<i>Sylvia Silva do Nascimento Oliveira</i>	
<i>Lara da Silva Lopes</i>	
<i>Ingridy Gomes de Moura Fortes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2491911091	
CAPÍTULO 2	12
12 ANOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE ENFERMAGEM DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Laerson da Silva de Andrade</i>	
<i>Jorge Guimarães de Souza</i>	
<i>Marluce Mechelli de Siqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2491911092	
CAPÍTULO 3	21
A IMPORTÂNCIA DA BIOÉTICA PARA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ÂMBITO DA SAÚDE	
<i>Joanderson Nunes Cardoso</i>	
<i>Izadora Soares Pedro Macêdo</i>	
<i>Uilna Natércia Soares Feitosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2491911093	
CAPÍTULO 4	33
APLICABILIDADE DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM SOB A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM	
<i>Yara Nayá Lopes de Andrade Goiabeira</i>	
<i>Elielza Guerreiro Menezes</i>	
<i>Isaura Letícia Tavares Palmeira Rolim</i>	
<i>Vanessa Moreira da Silva Soeiro</i>	
<i>Antônio Sávio Inácio. Enfermeiro</i>	
<i>Rejane Christine de Sousa Queiroz</i>	
<i>Ana Márcia Coelho dos Santos</i>	
<i>Anderson Gomes Nascimento Santana</i>	
<i>Jairo Rodrigues Santana Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2491911094	
CAPÍTULO 5	45
HIGIENIZAÇÃO DA SALA OPERATÓRIA: CONTROLE E PREVENÇÃO DE INFECÇÃO	
<i>Alessandra Inajosa Lobato</i>	
<i>Jackson Davi Guimarães de Souza</i>	
<i>Jacqueline da Silva Barbosa</i>	
<i>Laryssa Caroline Silva dos Santos</i>	
<i>Mariane Figueira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2491911095	

CAPÍTULO 6 56

O ENFERMEIRO E O PROCESSO GERENCIAR NA CIDADE DE PAU DOS FERROS

Andressa de Sousa Barros
Laise Lara Firmo Bandeira
Maria Valéria Chavez de Lima
Thaina Jacome Andrade de Lima
Rodrigo Jacob Moreira de Freitas
Diane Sousa Sales
Palmyra Sayonara Góis
Keylane de Oliveira Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.2491911096

CAPÍTULO 7 65

O PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO VIVENCIADO PELO ENFERMEIRO EM UM HOSPITAL ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

Luciene G. da Costa Zorzal
Fabício Zorzal dos Santos
Rita de Cássia Ribeiro Vieira
Simone Santos Pinto
Marco Antônio Gomes da Silva
Luciana Chelotti Cardim Perillo
Lucilene de Fátima Rocha Cova
Mariana de Moraes Masiero
Ana Paula da Silva Fonseca
Juliane Daniee de Almeida Umada
Fernanda dos Santos Bon
Alyne Januario dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.2491911097

CAPÍTULO 8 72

PREVENÇÃO DA ARBOVIROSE CHIKUNGUNYA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elizabeth Brenda Dantas Nascimento
Maria Priscila Oliveira da Silva
Gabriela Souza dos Santos
Laís de Oliveira Silva
Juliana Alencar Moreira Borges
Thais Marques Lima

DOI 10.22533/at.ed.2491911098

CAPÍTULO 9 78

USO DO LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA ATUAÇÃO DE FUTUROS ENFERMEIROS NA PRÁTICA HOSPITALAR

Lívia Guimarães Andrade
Paula Vanessa Peclat Flores
Andréa Gomes da Costa Mohallem
Rodrigo Leite Hipólito
Brunno Lessa Saldanha Xavier

DOI 10.22533/at.ed.2491911099

CAPÍTULO 10	87
UTILIZAÇÃO DE UM BLOG COMO FERRAMENTA DE ENSINO NO USO CORRETO DE MEDICAMENTOS	
<i>Antônia Adonis Callou Sampaio</i>	
<i>Silvana Gomes Nunes Piva</i>	
<i>Ailton de Oliveira Dantas</i>	
<i>Lais Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.24919110910	
CAPÍTULO 11	95
VIVÊNCIAS DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DURANTE AULA PRÁTICA HOSPITALAR COM BASE NA TEORIA DE PEPLAU	
<i>Vanessa de Oliveira Gomes</i>	
<i>Ana Maria Souza da Costa</i>	
<i>Rodrigo Silva Marcelino</i>	
<i>Elisson Gonçalves da Silva</i>	
<i>Deyvylan Araujo Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.24919110911	
CAPÍTULO 12	103
PLANTAS MEDICINAIS PELOS ÍNDIOS PITAGUARY: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM MARACANAÚ- CE	
<i>Dayanne Terra Tenório Nonato</i>	
<i>Andréa Cintia Laurindo Porto</i>	
<i>Eloisa de Alencar Holanda</i>	
<i>Johnatan Alisson de Oliveira Sousa</i>	
<i>Victor Tabosa dos Santos Oliveira</i>	
<i>Fabrcia da Cunha Jácome Marques</i>	
<i>Raquel Magalhães Castelo Branco Craveiro</i>	
<i>Edna Maria Camelo Chaves</i>	
<i>Patrícia da Silva Pantoja</i>	
DOI 10.22533/at.ed.24919110912	
CAPÍTULO 13	108
PRÁTICA DA/O ENFERMEIRA/O NO CUIDADO DE FERIDAS E O USO DO MEL DE MANDAÇAIA	
<i>Mayara Bezerra Machado Gonçalves</i>	
<i>Cleuma Sueli Santos Suto</i>	
<i>Adelzina Natalina de Paiva Neta</i>	
<i>José Renato Santos de Oliveira</i>	
<i>Carle Porcino</i>	
<i>Andreia Silva Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.24919110913	
CAPÍTULO 14	120
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DIANTE DOS EVENTOS ADVERSOS PÓS VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA NO IDOSO	
<i>Damiana Rodrigues</i>	
<i>Rita de Cássia de Barcellos Dalri</i>	
DOI 10.22533/at.ed.24919110914	

CAPÍTULO 15 132

LESÃO POR PRESSÃO EM IDOSOS INTERNADOS

Clóris Regina Blanski Grden
Anna Christine Los
Luciane Patricia Andreani Cabral
Péricles Martim Reche
Danielle Bordin
Tais Ivastcheschen
Carla Regina Blanski Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.24919110915

CAPÍTULO 16 143

LESÕES POR PRESSÃO E A ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Rubens Vitor Barbosa
Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Gilielson Monteiro Pacheco
Mayara Dias Lins de Alencar
Sabrina Ferreira Ângelo
Gleyciane Lima de Castro
Suellen Alves Freire
Tayná Ramos Santiago

DOI 10.22533/at.ed.24919110916

CAPÍTULO 17 156

A EQUIPE DE ENFERMAGEM NO CONTROLE DE INFECÇÃO DE SÍTIO CIRÚRGICO

Jeanne Vaz Monteiro
Rafael da Conceição dos Anjos
Samara Monteiro do Carmo
Alessandra Inajosa Lobato

DOI 10.22533/at.ed.24919110917

CAPÍTULO 18 168

ATUAÇÃO DO FAMILIAR ACOMPANHANTE DE IDOSO EM UM HOSPITAL DO INTERIOR DO AMAZONAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Maria Souza da Costa
Vanessa de Oliveira Gomes
Rodrigo Silva Marcelino
Elisson Gonçalves da Silva
Deyvylan Araujo Reis

DOI 10.22533/at.ed.24919110918

CAPÍTULO 19 177

DIREITOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

Fernando Alves Sipaúba
Anderson Araújo Corrêa
Gizelia Araújo Cunha
Adriana Torres dos Santos
Dheyumi Wilma Ramos Silva
Francisca Natália Alves Pinheiro
Otoniel Damasceno Sousa

Jairina Nunes Chaves
Nathallya Castro Monteiro Alves
Rayana Gonçalves de Brito

DOI 10.22533/at.ed.24919110919

CAPÍTULO 20 187

FADIGA EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE UM HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO

Rubianne Monteiro Calçado
Isadora Eufrásio de Brito
Marcelle Aparecida de Barros Junqueira

DOI 10.22533/at.ed.24919110920

CAPÍTULO 21 199

FATORES DE RISCO PARA O SUICÍDIO EM ENFERMEIROS: REVISÃO
INTEGRATIVA

Fabrizia Veronesi Batista
Lorena Silveira Cardoso
Wesley Pereira Rogerio

DOI 10.22533/at.ed.24919110921

SOBRE A ORGANIZADORA..... 211

ÍNDICE REMISSIVO 212

DIREITOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

Fernando Alves Sipaúba

Universidade Estadual do Maranhão
Colinas – MA

Anderson Araújo Corrêa

Universidade Estadual do Maranhão
Colinas – MA

Gizelia Araújo Cunha

Universidade Federal do Maranhão
Codó – MA

Adriana Torres dos Santos

Governo do Estado do Maranhão
São Luís – MA

Dheyimi Wilma Ramos Silva

Universidade Estadual do Maranhão
Coroatá – MA

Francisca Natália Alves Pinheiro

Prefeitura de Colinas
Colinas – MA

Otoniel Damasceno Sousa

Governo do Estado do Maranhão
Colinas – MA

Jairina Nunes Chaves

Universidade Estadual do Maranhão
Caxias – MA

Nathallya Castro Monteiro Alves

Faculdade Estácio do Amazonas
Manaus – AM

Rayana Gonçalves de Brito

Faculdade Estácio do Amazonas
Manaus – AM

RESUMO: O Código de Ética constitui uma das ferramentas fundamentais para nortear as práticas da enfermagem bem como definir e julgar aquilo que é considerado correto, para isso é necessário que o indivíduo tenha uma base instrucional sobre tudo aquilo que deve ser praticado a luz do exercício profissional e não exceda os limites éticos. O presente estudo tem por objetivo analisar o perfil e conhecimentos dos enfermeiros e técnicos em enfermagem quanto aos direitos regidos no código de ética da profissão. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa do tipo descritiva-exploratória, realizada em dois hospitais públicos do município de Colinas – MA. A amostra foi constituída por 63 profissionais de enfermagem. A coleta de dados foi realizada nos meses de junho e julho de 2017. Análise estatística foi construída no software Epi Info versão 7.2.1.0. A partir dos resultados pode-se observar que 84% da população pertence ao sexo feminino com idade entre 30 e 39 anos, sendo constituída por 30% de enfermeiros e 70% de técnicos. Verificou-se que 100% dos enfermeiros e 68% dos técnicos afirmam conhecer o código. Na autoavaliação apenas 10% dos enfermeiros e 11% dos técnicos classificaram seus conhecimentos como “muito bom”. Sobre o código suprir as necessidades legais 22% dos enfermeiros e 38% dos técnicos responderam que “sim”. Foi possível inferir

que a maioria dos profissionais conhecem o código e seus direitos, no entanto, ainda possuem dificuldades na aplicação prática dos preceitos éticos da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Código de Ética. Conhecimento. Ética em Enfermagem. Ética Profissional. Profissionais de Enfermagem.

PROFESSIONAL PRACTICE RIGHTS: KNOWLEDGE OF THE NURSING TEAM

ABSTRACT: The Code of Ethics is one of the fundamental tools for guiding nursing practices, as well as for defining and judging what is considered correct; for this, nurses need to have a knowledge base on everything that must be practiced in the light of their professional performance, and they cannot exceed the ethical limits. This study aims to analyze the profile and knowledge of nurses and nurse technicians regarding the rights guided by the Code of Ethics for the profession. This is a descriptive and exploratory, quantitative research carried out in two public hospitals in the city of Colinas, Maranhão. The sample consisted of 63 nursing professionals. Data were collected in June and July 2017. The statistical analysis was built on the EPI INFO software, version 7.2.1.0. From the results we observed that 84% of them are female, aged between 30 and 39 years old; it consists of 30% of nurses and 70% of nurse technicians. We verified that 100% of the nurses and 68% of the nurse technicians claim to know the code. In the self-assessment, only 10% of nurses and 11% of nurse technicians classified their knowledge as "very good". Regarding the question of whether the Code meets their legal needs, 22% of nurses and 38% of technicians answered "yes". We can conclude that the majority of the nursing team knows the Code and its rights; however, they still have difficulties in the practical application of the ethical precepts of their profession.

KEYWORDS: Error. Medication Administration. Nursing.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de formação de pessoas, organizações, associações, sindicatos e entidades representativas das ocupações sociais, tem-se agregado um juízo avaliativo no que tange as condutas comportamentais, isto é, são introduzidas normas valorativas para que o exercício da atividade profissional ocorra de forma responsável, regido por códigos (SOUZA; SARTOR; PRADO, 2005).

O código de ética profissional pode ser definido como um instrumento constituído pelo conjunto de normas, direitos e princípios morais que servem como fundamento para orientar o exercício de determinada profissão, a partir de padrões de condutas que representam o que se espera de uma determinada classe (SILVA; ARAÚJO, 2011).

A enfermagem, como todas as demais profissões de livre exercício no país, está regulamentada por leis e normas. Essa realidade requer interesse dos seus integrantes, bem como preocupação e obrigação de conhecer a legislação pertinente ao exercício da profissão, contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE)

(FREITAS; OGUISSO, 2008). Além do código existe a relevância inerente às entidades representativas. O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e os Conselhos Regionais de Enfermagem (COREN), exercem a função de órgãos responsáveis pela normatização e fiscalização das atividades profissionais da enfermagem e zelam pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento do CEPE (COFEN, 2017).

Diversos profissionais da enfermagem não atribuem a devida relevância aos tópicos que contemplam as bases legais da bioética ou sequer conhecem seus direitos, sendo reflexo do pouco desenvolvimento da ética e bioética ainda no âmbito acadêmico, visto que o ensino em geral se encontra fragmentado e descontextualizado, ocultando o interesse por questões que contemple um viés ético-moral da enfermagem. Além disso, a pouca vivência dos aspectos bioéticos no âmbito laboral distancia o profissional de enfermagem de uma prática em conformidade com os preceitos da profissão (BORDIGNON *et al.*, 2015; ROSENSTOCK *et al.*, 2011).

Para que a excelência profissional seja alcançada torna-se necessário que a enfermagem de modo geral conheça seus direitos no uso de suas atribuições. Esse processo está centrado na contínua aprendizagem e desenvolvimento de competências que tem como base o ser ético exigido a cada enfermeiro, seja individual ou coletivamente (REIS; OLIVEIRA, 2013).

O presente tem como objetivo verificar o conhecimento e a importância dados pelos profissionais de enfermagem aos direitos dispostos no CEPE. Sua realização justifica-se pela contribuição para o âmbito profissional e acadêmico, uma vez que se trata de um tema pouco explorado no campo da bioética e conseqüentemente há uma escassez de estudos nessa área. Além de colaborar para uma nova maneira de percepção do profissional em relação ao exercício da profissão, influenciando em suas práticas e condutas no campo assistencial.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa com abordagem descritivo-exploratória. A pesquisa foi realizada em dois hospitais do município de Colinas (MA), sendo eles: Hospital Municipal Nossa Senhora da Consolação e Hospital Regional Dr. Carlos Macieira. Participaram do estudo 63 profissionais de enfermagem (19 enfermeiros e 48 técnicos em enfermagem).

Foram selecionados para a inclusão no estudo os profissionais que possuíam no mínimo seis meses de experiência profissional e aceitaram os termos éticos da pesquisa através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Profissionais em férias e licença foram excluídos da população estudada.

Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário estruturado de autoria do próprio pesquisador, visando avaliar o conhecimento dos profissionais de enfermagem bem como traçar o perfil sociodemográfico. A aplicação ocorreu nos meses de junho

a julho de 2017. Os participantes assinaram duas vias do TCLE, uma para si e outra para o pesquisador. O anonimato e sigilo foi preservado de acordo com os princípios da ética em pesquisa.

Ressalta-se que, como o presente estudo foi executado na vigência da Resolução COFEN n° 311/2007, antigo CEPE, foram realizadas adaptações de cunho estrutural que, no entanto, não implicaram alterações no conteúdo dos artigos, para atender ao novo texto do código, Resolução COFEN n° 564/2017 (COFEN, 2007, 2017).

Respeitou-se os pressupostos da ética em pesquisa com seres humanos de acordo com a Resolução n° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Obteve-se parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão, conforme Parecer n° 2.049.328.

3 | RESULTADOS

Traçou-se o perfil dos profissionais, enfermeiros e técnicos de enfermagem, com base em algumas variáveis socioeconômicas dispostas na Tabela 1.

Variáveis	n	%
Categoria profissional		
Enfermeiro	19	30
Técnico	44	70
Sexo		
Masculino	10	16
Feminino	53	84
Faixa etária		
20 – 29	14	23
30 – 39	26	41
40 – 49	13	10
50 ou >	10	16
Estudo		
Médio	40	64
Superior	11	17
Especialista	11	17
Mestre	1	2
Tempo de exercício		
< 1 ano	7	11
1 – 5 anos	12	19
6 – 10 anos	24	38
11 >	20	32
Total	63	100

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica dos profissionais de enfermagem. Colinas (MA), Brasil, 2017.

Constatou-se que a maioria dos profissionais de enfermagem, 53 (84%)

pertence ao sexo feminino. Quanto a categoria profissional há um total de 19 (30%) enfermeiros e 44 (70%) técnicos. A faixa etária prevalente foi de 30 a 39 anos com 26 (41%). O grau de escolaridade apresenta um total de 40 (64%) dos participantes com ensino médio e 11 (17%) com nível superior. Em relação ao tempo de exercício da enfermagem, pode-se observar que 24 (38%) dos profissionais estão entre 6 e 10 anos e 20 (32%) atuam há 11 anos ou mais no mercado.

Apresenta-se, na Tabela 2, as respostas às questões referentes ao conhecimento do CEPE e seus direitos.

Questão	Enfermeiro		Técnico		Total	
	N	%	n	%	n	%
Conhece algum direito?						
Sim	19	30	43	68	62	98
Não	-	-	1	2	1	2
Conhece o CEPE?						
Sim	19	30	41	65	60	95
Não	-	-	3	5	3	5

Tabela 2: Distribuição das respostas relacionadas ao conhecimento do CEPE e seus direitos por categoria profissional. Colinas (MA), Brasil, 2017.

Foi evidenciado que 62 (98%) dos profissionais de enfermagem envolvidos responderam “sim”, ou seja, conhecem algum dos direitos da profissão. Sobre o CEPE, 60 (95%) dos entrevistados afirmaram conhecê-lo, sendo 19 (30%) enfermeiros e 41 (65%) técnicos. Apenas 3 (5%) técnicos responderam que não conhecem o código de ética.

A Tabela 3 demonstra a opinião dos profissionais quanto a proteção e aspectos legais necessários ao exercício da enfermagem.

Questão	Enfermeiro		Técnico		Total	
	n	%	n	%	n	%
O CEPE oferece proteção?						
Sim	17	28	37	62	54	90
Não	2	3	4	7	6	10
O CEPE é completo nos aspectos legais?						
Sim	13	22	23	38	36	60
Não	6	10	18	30	24	40

Tabela 3: Avaliação da proteção e aspectos legais do CEPE segundo os profissionais de enfermagem por categoria. Colinas (MA), Brasil, 2017.

Os resultados demonstram que 54 (90%) dos profissionais afirmaram o CEPE como um instrumento protetivo para as condutas da enfermagem. Quanto aos aspectos legais foi averiguado que 36 (60%) profissionais consideram o código completo e, portanto, abrange todas as suas necessidades legais. No entanto, 24

(40%) corroboram a ideia de que a estrutura do código de ética não é completa e, portanto, deve ser melhorada.

A autoavaliação dos profissionais de enfermagem sobre o conhecimento do CEPE é abordada na Tabela 4.

Autoavaliação de conhecimento do CEPE	Enfermeiro		Técnico		Total	
	n	%	n	%	n	%
Muito bom	6	10	7	11	13	21
Bom	10	17	29	48	39	65
Regular	2	3	4	7	6	10
Ruim	1	2	1	2	2	4

Tabela 4: Distribuição dos profissionais por categoria conforme a autoavaliação do conhecimento sobre o CEPE. Colinas – MA, 2017.

4 | DISCUSSÃO

A prevalência do sexo feminino na profissão de enfermagem é notória, o que corrobora o pressuposto de que a enfermagem é uma profissão formada em sua maioria por mulheres. A predominância feminina na profissão é justificada por relatos históricos que apontam como figura principal do processo de cuidado a mulher. Isso contribui para a segregação e desnivelamento do sexo no perfil de formação dos profissionais de enfermagem ao longo dos anos (LOPES; LEAL, 2005; SOUZA *et al.*, 2014). Pesquisa realizada pelo COFEN com objetivo de traçar o perfil da enfermagem no Brasil mostra que 86,2% dos profissionais em enfermagem são do sexo feminino e 13,4% correspondem ao sexo masculino, dados semelhantes ao encontrado no presente estudo (COFEN, 2013).

Em relação ao nível de formação, existe uma ascensão e consolidação nos últimos anos de cursos na modalidade *stricto sensu*, no âmbito da educação brasileira, porém é notório o déficit de profissionais com título de mestre ou doutor quando traçado o panorama atual da população de enfermeiros no Brasil (FERREIRA; TAVARES, 2013). Estudo realizado com profissionais de enfermagem no setor de UTI observou que 66,7% dos enfermeiros que ali trabalhavam não possuíam pós-graduação específica para seu setor de atuação e apenas 33,3% apresentavam ou estavam cursando. Com isso se questiona o baixo investimento por parte dos profissionais em cursos de especialização como também a falta de incentivos por parte das instituições de saúde no intuito de tornar o profissional mais apto ao ambiente de trabalho, de modo a favorecer uma melhor prestação de serviços (OLIVEIRA; CHAVES, 2009).

O tempo de formação e atuação no exercício da enfermagem é influenciador no desenvolvimento das atividades profissionais. Verificou-se que os técnicos de enfermagem geralmente possuem maior tempo de atividade em comparação aos enfermeiros. Isso reflete a pouca demanda do mercado no passado, tendo em vista

que a graduação em enfermagem era menos difundida nas instituições educacionais públicas e privadas, tendo o curso técnico maior abrangência. Resultado similar foi constatado em pesquisa realizada com enfermeiros no município de Ribeirão Preto (SP) foi verificado um baixo tempo de exercício quando comparados aos técnicos. Em uma unidade de saúde 12,5% dos enfermeiros estavam em exercício há menos de 3 anos e 66,6% apresentavam um período entre 4 a 10 anos (FURUKAWA; CUNHA, 2011; PINTO *et al.*, 2012).

Sobre o CEPE, instrumento formado pelas normas éticas, rege em termos de conduta a ação do profissional, sendo esta uma ferramenta norteadora do enfermeiro no seu papel de cidadão no âmbito laboral. Ressaltar-se a importância neste processo, já que propõe parâmetros para ampliação da capacidade de pensar e refletir sobre o papel da equipe de enfermagem no meio institucional (ALVES *et al.*, 2007). Assim, antes de ser profissional todo e qualquer indivíduo é cidadão, devendo este conhecer seu papel nos diversos contextos onde está inserido, seja na vida social ou profissional. Dessa forma, o profissional no desempenho de suas funções deverá assumir um papel ativo frente aos entraves impostos pelo ambiente e ter discernimento nas ações que devem ou não executar. Portanto, ao se falar em direito é necessário que o profissional esteja totalmente informado a respeito dos aspectos legais da profissão, tendo em vista que as situações-problema do cotidiano acabam exigindo uma percepção apurada do profissional sobre o que é correto diante das adversidades (GOMES; CAETANO; JORGE, 2010; SANNA, 2007).

Sob uma perspectiva ética, o CEPE dispõe em sua essência o caráter protetivo, além dos órgãos representativos como os conselhos de classe, que zelam e fiscalizam o exercício profissional sob o olhar dos dilemas que estão atrelados a ética profissional (MELO; NATIVIDADE; NASCIMENTO, 2015). Estudo realizado sobre a percepção dos profissionais de enfermagem em relação a ação protetiva do CEPE aponta que 16,5% dos profissionais consideram que o CEPE protege o profissional, já 20,6% dos entrevistados apontam-no como um instrumento sem qualquer viés protetivo, estes dados comprovam a similaridade dos resultados com a presente investigação (FERRAZ; MAGNABOSCO, 2011).

O CEPE tem representado uma conquista da classe a partir do momento que este detalha normas de comportamento. Sabendo disso, essa moral codificada deve ser compreendida como uma ferramenta passível de mudança, a qual deve estar em constante reciclagem, a fim de acompanhar as mudanças ocorridas na profissão e sociedade (NEVES; SIQUEIRA, 2010).

O vigente código, instituído por meio da Resolução COFEN nº 564/2017, dispõe de elementos relacionado ao ensino, pesquisa, sigilo profissional, produção-científica, publicidade, infrações e penalidades no exercício da enfermagem. Assim, foram introduzidos novos artigos que tratam de direitos dos enfermeiros, os quais não estavam contemplados nos códigos anteriores a Resolução COFEN 311/2007 (COFEN, 2007, 2017, PEREIRA, 2017, SILVA *et al.*, 2012).

Para que haja uma plena atuação do exercício da enfermagem é necessário não apenas conhecimento ou capacidade técnica, mas, também, compreender sua legislação e atribuições enquanto componente de uma classe profissional (STOLARSKIL; TESTON; KOLHS, 2009).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo investigou o conhecimento da equipe de enfermagem acerca do código de ética da profissão. De modo geral, observou-se que os profissionais possuem uma percepção satisfatória sobre o CEPE, no entanto, ainda é visível a maior expressividade dos profissionais enfermeiros no conhecimento da legislação.

Na autoavaliação a maioria classificou seu conhecimento como “bom”. Porém, convém destacar que nem todos os indivíduos pesquisados possuem conhecimentos sobre os direitos profissionais, dessa forma, deve-se trabalhar o ensino da ética dentro dos ambientes de trabalho, a fim de promover a educação continuada sobre questões éticas.

Fica evidente a importância de conhecer os direitos profissionais, pois o CEPE constitui-se como uma ferramenta para o exercício de uma enfermagem mais humanizada e fortalecida.

Nesse sentido, este estudo contribuiu para que os profissionais de enfermagem repensem a aplicação da ética e do código no exercício da profissão, haja vista que isso constitui um dos pilares para se fazer uma enfermagem livre de danos. Além disso, as instituições devem contribuir para o aperfeiçoamento profissional na oferta de ensino no intuito de ampliar os saberes no campo da ética profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. J. S. *et al.* Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista. **Revista de Contabilidade Usp**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 58-68. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772007000300006>. Acesso em: 04 out. 2018.

BORDIGNON, S. S. *et al.* Produção científica acerca do ensino da ética na enfermagem. **Journal Of Nursin And Health**, Pelotas, v. 5, n. 1, p.55-67. maio. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/3712/4301>. Acesso em: 03 out. 2018.

COFEN. Resolução Nº 311 de 08 de fevereiro de 2007. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. 2007. Disponível em: http://novo.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf. Acesso em: 22 out. 2018.

COFEN. Resolução Nº 564 de 06 de novembro de 2017. **Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em: 22 out. 2018.

COFEN. **Perfil da enfermagem no brasil**. 2013. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/blocoBr/Blocos/Bloco1/bl_ident-socio-economica-enfermeiros.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

- COFEN. **O cofen**. 2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/o-cofen>. Acesso em: 21 out. 2018.
- FERRAZ, C. R.; MAGNABOSCO, P. Conhecimento e percepção dos profissionais de enfermagem sobre o código de ética da profissão. In: Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem, 14., 2011. Curitiba. **Anais [...]**. Disponível em: <http://189.59.9.179/CBCENF/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/125444.E9.T5286.D5AP.pdf>. Acesso em 19 out. 2018.
- FERREIRA, R. E.; TAVARES, C. M. M. Motivações do enfermeiro para realizar o mestrado: estudo descritivo. **Rev. Online de Enfermagem**, Rio de Janeiro, p. 734-736. 2013. Disponível em: http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/4542*/html. Acesso em: 09 out. 2018.
- FREITAS, G. F.; OGUISSO, T. Ocorrências éticas com profissionais de enfermagem: um estudo quantitativo. **Rev. Bras. de Enf.** Campinas, p. 34-40, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342008000100005>. Acesso em: 17 out. 2018.
- FURUKAWA, P. O.; CUNHA, I. C. K. O. Perfil e competências de gerentes de enfermagem de hospitais acreditados. **Rev. de Enf. Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, p. 301-309, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692011000100015>. Acesso em: 05 out. 2018.
- GOMES, I. L. V.; CAETANO, R.; JORGE, M. S. B. Conhecimento dos profissionais de saúde sobre os direitos da criança hospitalizada: um estudo exploratório. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 463-470, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000200023>. Acesso em: 06 out. 2018.
- LOPES, M. J. M.; LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cad Pagu**, Campinas, v. 24, p. 105-125, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000100006>. Acesso em: 22 de out. 2018.
- MELO, G. A.; NATIVIDADE, A. S.; NASCIMENTO, R. F. Conselhos de Enfermagem: criação e atribuições do sistema COFEN/COREN. **Revista Científica da Fasete**, Paulo Afonso, p. 1-14, 2015. Disponível em: http://fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2015/conselhos_de_enfermagem.pdf. Acesso em: 13 out. 2018.
- NEVES, N. M. B. C.; SIQUEIRA, J. E. A bioética no atual Código de Ética Médica. **Revista Bioética**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p.439-450, 2010. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/575/547. Acesso em: 07 out. 2018.
- OLIVEIRA, N. C. de; CHAVES, L. D. P. Gerenciamento de recursos materiais: o papel da enfermeira de unidade de terapia intensiva. **Rev. Rene. Fortaleza**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 4, p. 19-27, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324027968002>. Acesso em: 07 out. 2018.
- PEREIRA, M. C. **Processos éticos de enfermagem envolvendo idosos no distrito federal, Brasil – 2005 a 2015**. 2017. 64 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/3?sIT=8>. Acesso em: 07 out. 2018.
- PINTO, I. C. *et al.* As práticas de enfermagem em um ambulatório na perspectiva da integralidade. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 5, p. 100-108, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692012000500013>. Acesso em: 05 out. 2018.
- REIS, A.; OLIVEIRA, C. C. Refletir sobre o ensino da ética na graduação de enfermeiros, em Portugal. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p.221-241, 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/3310/3002>. Acesso em: 21 out. 2018.
- ROSENSTOCK, K. I. V.; SOARES, M. J. G. O.; SANTOS, S. R. Aspectos éticos no exercício da enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Cogitare Enfermagem**, João Pessoa, v. 04, n. 16, p.727-733, dez. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v16i4.25444>. Acesso em 20 out.

2018.

SANNA, M. C. Os processos de trabalho em Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 221-224, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672007000200018>. Acesso em: 07 out. 2018.

SILVA, J. P. L.; ARAÚJO, M. Z. Olhar Reflexivo sobre o Aborto na Visão da Enfermagem a Partir de uma Leitura de Gênero. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, Rio de Janeiro, p. 19-24, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/viewFile/9900/5682>. Acesso em: 04 out. 2018.

SILVA, R. S. *et al.* Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem: Uma pesquisa documental. **Enferm Foco**, Salvador, v. 3, n. 2, p.62-63, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2012.v3.n2>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SOUZA, L. L. *et al.* Representações de gênero na prática de enfermagem na perspectiva de estudantes. **Ciência e Cognição**, Florianópolis, p. 218-232, 2014. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/908>. Acesso em: 07 out. 2018.

SOUZA, M. L.; SARTOR, V. V. B.; PRADO, M. L. Subsídios para uma ética da responsabilidade em enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.75-81, dez. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072005000100010>. Acesso em: 30 out. 2018.

STOLARSKII, C. V.; TESTON, V.; KOLHS, M. Conhecimento da equipe de enfermagem sobre suas atribuições legais. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 13 n. 3, p. 321-326, 2009. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/196>. Acesso em: 27 out. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

Isabelle Cordeiro de Nojosa Sombra: Enfermeira pelas Faculdades Nordeste - FANOR (Bolsista pelo PROUNI). Doutoranda em Obstetrícia (DINTER UFC/ UNIFESP). Mestre em Saúde Coletiva - PPSAC/UECE. Especialização em Enfermagem Obstétrica - (4 Saberes). Especialista em Saúde Pública - UECE. Atua como consultora materno-infantil. Atuou como docente do curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Estácio do Ceará e do Centro Universitário Pitágoras de Fortaleza. Atuou como professora do Grupo de Pesquisa em Avaliação da Saúde da Mulher - GPASM/ESTÁCIO. Atuou como docente do Curso Técnico em Cuidado de Idosos - PRONATEC/ Unichristus. Atuou como supervisora pedagógica do Curso Técnico em Enfermagem da Diretoria de Educação Profissional em Saúde (DIEPS) da Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP/CE. Atuou como enfermeira assistencial no Hospital Distrital Dr. Fernandes Távora (HFT). Atuou na preceptorial de estágio das Faculdades Nordeste - FANOR. Atuou como pesquisadora de campo da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Faculdade de Medicina - no Projeto vinculado ao Departamento de Saúde Materno Infantil. Atuou no Projeto de Práticas Interdisciplinares no Contexto de Promoção da Saúde sendo integrante do grupo de pesquisa “Cuidando e Promovendo a Saúde da Criança e do Adolescente” - FANOR;. Atuou como Membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Quantitativos da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atua principalmente nos seguintes temas: saúde da mulher, saúde materno-infantil e saúde coletiva

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acadêmicos 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 75, 78, 79, 80, 83, 87, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 174

Atenção primária à saúde 25, 27, 32, 56, 59, 64, 72, 74

B

Bioética 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 179, 185

C

Centro Cirúrgico 45, 46, 53, 54, 55, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 192

Cuidado de enfermagem 25, 79, 108, 110, 134, 149, 155

E

Educação em enfermagem 19, 21

Educação em saúde 2, 73, 74, 75, 77, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 113

Enfermagem 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 108, 110, 111, 113, 114, 118, 119, 120, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Enfermagem geriátrica 133

Ensino 5, 10, 11, 13, 14, 18, 19, 28, 31, 33, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 72, 74, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 102, 132, 134, 137, 138, 140, 146, 147, 159, 166, 179, 181, 183, 184, 185, 191, 196, 198

Envelhecimento da pele 133

Equipamento de proteção individual 45

Estudantes de enfermagem 37, 78, 85, 95, 101

F

Fatores de risco 54, 55, 133, 142, 150, 154, 158, 167, 198, 200, 202, 207, 208

Feminização 185

Fotografia 108

G

Gênero 14, 72, 73, 80, 108, 176, 186, 209

Gestão em saúde 56, 59

H

Hábito de fumar 1, 3, 4, 5, 7, 8, 10

Hospitalização 124, 133, 139, 157, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

I

Infecção 45, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 109, 121, 122, 134, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167

Infecção hospitalar 47, 156, 157, 166, 167

Infecções por arbovirus 73

Instrumentos gerenciais 56, 57, 59, 61, 62, 64

L

Lesão por pressão 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 148, 149, 154

Limpeza 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 75, 152

M

Medicamentos 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 105, 107, 140, 174, 210

Medicina 33, 64, 83, 85, 86, 103, 104, 105, 106, 107, 131, 205, 209

Mel 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Mulheres 5, 10, 36, 120, 129, 182, 195, 196

P

Pesquisa em enfermagem 12, 14, 15, 16, 19, 20

Plantas medicinais 103, 104, 105, 106, 107, 118

População indígena 103, 104, 106, 107

Prevenção 11, 18, 32, 45, 46, 47, 50, 54, 55, 72, 74, 75, 76, 77, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 163, 166, 167, 199, 200, 206, 207, 208

Prevenção e controle 74, 156, 158, 166, 167

Processo de enfermagem 33, 34, 37, 38, 43, 100, 102, 153

R

Relações interpessoais 62, 95, 97, 99, 100, 101, 206

S

Saúde do trabalhador 65, 187, 189, 197

Saúde pública 2, 10, 14, 20, 33, 72, 77, 101, 104, 109, 132, 169, 176, 201, 209

Sítio cirúrgico 45, 46, 54, 55, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167

T

Tabagismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 135, 136

Teoria de enfermagem 34, 95

Triagem 65, 71, 146

U

Úlcera varicosa 108, 115, 116

Unidades de Terapia Intensiva 142, 143, 145, 148, 154, 205, 209, 210

V

Vírus Chikungunya 72, 73, 77

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-624-9

